

# AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM PORTO VELHO: UM OLHAR ESPECIAL PARA A ÁREA RIBEIRINHA

**Berenice P. Simão\***

UNIR/Brasil

berenicesimao@yahoo.com.br

**Walterlina Barboza Brasil\*\***

UNIR/Brasil

wal@unir.br; walterlina.brasil@ig.com.br

**Resumo:** O texto que segue descreve o desempenho das políticas públicas para a educação na região ribeirinha de Porto Velho-RO. Sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação - SEMED. A região compreende as localidades situadas entre São Carlos e Calama, também denominada Baixo Madeira. Teve como base os relatórios de visitas da Divisão de Ensino Rural da e analisa também a atuação de seus gestores, destacando a ampliação do atendimento e experiências de metodologias específicas implantadas nos últimos anos para aquela região.

**Palavras-chave:** educação ribeirinha; Rio Madeira.

*Qual é o tamanho do Brasil? Na verdade, é essa a pergunta que a Amazônia e os milhões de excluídos estão colocando. Nosso país não conhece a si mesmo. Para que encontre novos caminhos será necessário um diálogo do qual participem aqueles que até agora não foram escutados. (Discurso Senadora Marina Silva em 11/12/2008).*

## INTRODUÇÃO

Pensar a educação na Amazônia é pensar também a educação do Campo incluindo também toda a questão ambiental e desenvolvimento sustentável. Neste contexto entram em ação as políticas públicas dispensadas para organizar a educação na área ribeirinha, principalmente aquela que está distante da cidade, e que possuem suas peculiaridades locais. Este texto descreverá, em parte, as propostas da Secretaria Municipal de Educação – SEMED para as comunidades ribeirinhas mais distantes e de difícil acesso situadas há uma distância aproximada de 100 a 200 Km da cidade de Porto Velho – capital do estado de Rondônia. Esta região, popularmente denominada “Baixo Madeira” tem as comunidades formadas ao longo da margem do Rio Madeira, principal afluente do Rio Amazonas. Faz divisa geográfica com o Estado do Amazonas, e tem acesso apenas por transporte aquático.

Para coordenar as atividades educacionais desenvolvidas no Baixo Madeira, a Secretaria Municipal de Educação dispõe de uma Divisão de Ensino Rural – DIER e dois Núcleos de Ensino que concentram técnicos e profissionais da educação para discutir e

refletir junto com os moradores locais as políticas públicas locais para educação. Esta região, a qual relata experiências descritas neste trabalho, tem dois distritos mais povoados: São Carlos, com mais de mil habitantes e Calama com mais de três mil habitantes. Estes dois distritos dispõem do ensino público dispensando atendimento desde a educação infantil até o ensino médio, sendo este último de responsabilidade do Governo Estadual. Outros dois Distritos menores, (Nazaré e Demarcação) e demais comunidades tem atendimento tão somente da Secretaria Municipal de Educação, portanto são beneficiados apenas com ensino Fundamental.

Estas pequenas comunidades são habitadas por famílias que nasceram e convivem ali desde o período da extração da borracha e formação dos antigos seringais. Imigrantes das várias regiões brasileiras, principalmente a nordestina, registram uma história de muita exploração, exclusão e condições de vida subumanas, (Teixeira, 2009).

Hoje, os habitantes do Baixo Madeira são famílias que tiram seu sustento da floresta e dos rios em atividades extrativistas e que estiveram por muitos anos, à margem das políticas públicas. Por ser a região, um local de difícil acesso, o poder público quase sempre esteve ausente na organização da educação, saúde e outros serviços sociais, sendo sempre muito precário deixando-os sempre excluídos de muitos benefícios. Este fato explica a enorme necessidade destas comunidades no que se refere às políticas públicas.

Para desempenhar o papel de gestora, a Secretaria Municipal de Educação teve como suporte as Diretrizes Básicas da Educação do Campo bem como toda discussão que os movimentos populares e profissionais da educação vêm debatendo nos últimos anos.

Consciente de que o debate, interação e conhecimento técnico voltado para uma educação transformadora, reflexiva e participativa é que se conquista a equipe da Prefeitura de Porto Velho acredita que a Educação tem uma responsabilidade primordial na formação daquelas pessoas para que a cidadania esteja garantida.

## **O PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO NA ELABORAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Propor e executar as políticas públicas são tarefas que exige do gestor um compromisso firme e um amplo conhecimento da realidade onde esta política será aplicada. Conforme Schwartzman (2009), a América Latina enfrenta hoje “*alta capacidade de resposta do sistema político*” (pág. 16), e o sucesso das políticas educacionais nessa região do Baixo Madeira deve-se pelo constante envolvimento dos

gestores da educação municipal e conhecimento real de suas necessidades por estarem no convívio diário com a comunidade local e pelo envolvimento de toda comunidade escolar na elaboração do planejamento da Secretaria. Desde 2005, uma nova equipe gestora assumiu a Prefeitura de Porto Velho que dentre outros problemas, a educação enfrentava principalmente um alto índice de alunos fora de sala. Esta última gestão iniciou seu trabalho organizando as políticas públicas baseado em questões importantes tais como o papel da educação na construção de um projeto de desenvolvimento nacional que faça surgir a plena cidadania conforme enfatiza a educadora Maria do Socorro Silva (2004). O papel que as escolas do campo devem assumir no sentido de enfrentar os problemas brasileiros e, quais as políticas públicas e princípios pedagógicos constroem uma escola do campo.

Partindo do diálogo permanente, a Secretaria de Educação preocupou-se em diagnosticar e debater cada situação cotidianamente, além de realizar vários seminários com as comunidades e os profissionais da educação que lá já trabalham há alguns anos. O resultado foi a elaboração de um plano de ação que com a proposta de uma política pública que contemplasse as necessidades educacionais de forma a se tornar possível um atendimento que fosse de encontro a cada realidade local.

Os trabalhos a serem realizados tratavam desde a construção, reforma ou adequação de espaços físicos até a realização de concurso público para contratação de professores. Para garantir o bom desempenho, um bom planejamento foi o instrumento escolhido para guiar cada ação escolhida.

É notável o empenho de profissionais que se dedicam hoje a executar propostas educacionais discutidas de forma participativa. O envolvimento e convivência com a comunidade facilitam a proposição de ações que vão de encontro à solução de problemas vividos pela população local. Há, portanto, uma participação de fato da comunidade na busca de soluções para cada tarefa planejada. É uma equipe consciente que pensa que a educação parte do pressuposto de que não há mágicas nem receitas (Gadotti, 2008) e que o trabalho dever ser de uma política educacional do campo, incluindo neste contexto a área ribeirinha que conforme Rocha e outros autores (2004) definem:

*“Por educação do campo concebe-se toda ação educativa que incorpora espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher a si os espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos, pantaneiros e extrativistas e fundamenta-se nas práticas sociais constitutivas dessas populações e seus conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores, modo de ser e produzir, de se relacionar com a terra e formas de compartilhar a vida”.*

Inseridos num contexto nacional onde os vários Governos dos séculos XIX e XX ditaram políticas à Amazônia com intuito de extrair produtos da natureza e que estes seriam inesgotáveis, enfrentam agora as precárias situações e condições de vida longe da proposta de que ocupando a Amazônia esta seria “desenvolvida”. A vida nos seringais combinava extração da borracha e produção de outros meios de vida como o extrativismo natural, cultura de várzea, entre outros (Teixeira, 2009), hoje ainda conservam este modo de vida exceto as atividades da produção de borracha. Além disso, tentam inserir-se, através da educação e outras atividades sociais nas discussões ambientais e novas formas de exploração da floresta.

A partir da crise ambiental e as várias conferências internacionais inicia-se uma nova discussão sobre desenvolvimento (M<sup>a</sup> do Socorro Silva, 2004), e com ela as várias políticas públicas indicando aos governos locais uma atenção diferenciada daquela que até o final do século passado não passou de extrativista, descuidada e destruidora. Dentro deste novo cenário a Prefeitura de Porto Velho teve condições de tratar adequadamente as novas políticas públicas educacionais, onde dentro de uma gestão participativa os professores de cada localidade e sua comunidade tem voz ativa para propor e executar atividades que vão de encontro às reais necessidades locais.

Os anos de 2006 a 2008 foram contemplados com seminários específicos de Educação do campo que dividiu e discutiu separadamente as ações para educação do campo em áreas com acessos por terra e áreas com acesso por águas, como é o caso de que se trata este artigo. No I seminário em 2006 os trabalhadores em educação do campo elaboraram uma Carta de Intenções onde registram as propostas necessárias para uma educação coerente com a realidade local, incluindo a valorização profissional através de formação continuada e melhorias salariais. O II Seminário de Educação no Campo fez uma retomada da carta de intenções e colocou em prática uma das principais tarefas propostas: discutir um currículo específico para Educação do Campo em Porto Velho. Esta ousada proposta indicou ao final do seminário um caminho que a Secretaria pretende amadurecer aos poucos com um planejamento de estudos organizado para tal, pretendendo elaborar nos próximos anos um currículo base para as escolas desta parte da Amazônia.

## **A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES**

Um dos grandes desafios que já vinha sendo executado pelas gestões anteriores era a formação dos professores que necessitavam ter suas habilitações em nível superior para

permanecer dentro do quadro de profissionais da educação. Esta ação contou com um grande projeto de formação denominado Ensinar a Ensinar, proposto e executado em parceria com a Universidade Federal de Rondônia nos anos de 2001 a 2004, o referido projeto foi coordenado pelo Núcleo do Programa de Educação na Amazônia e juntamente com vários parceiros era uma proposta para solucionar problemas levantados pela Secretaria Municipal de Educação onde constatava que muitos professores atuavam nas séries iniciais não tinham se quer o ensino fundamental. Este fato acarretava graves problemas na alfabetização e letramento. Não adiantava investir em materiais específicos para alunos, mas sim na formação dos professores. Além das aulas presenciais e não presenciais o trabalho foi finalizado com a edição de vários livros (Brito e outros autores, 2005) que registraram o pensamento e experiências dos professores envolvidos, dos alunos e comunidade. Esta produção foi publicada e estão nas escolas para consulta da história local, da culinária e da cultura de cada comunidade.

Além da continuidade de estudos o Projeto Ensinar a Ensinar permitiu uma melhoria no ensino das séries iniciais dando aos professores condições de refletir melhor sua realidade ampliando sua ação em sala de aula. Com isto multiplicam-se e ampliam-se as propostas e de atuação na educação de forma que alunos e professores tentam buscar diferentes caminhos para aprendizagem, exportam os conhecimentos da floresta e dos rios dentro de uma proposta local. Toda esta forma diferenciada de atuar na educação deve-se à política educacional voltada para o campo.

A continuidade da formação dos professores foi encaminhada com a formação em nível superior – o PROACAP, também em parceria com a Universidade Federal de Rondônia (UNIR). O PROACAP – Programa de Aprendizagem e Capacitação Profissional habilitou os professores das séries iniciais do Ensino Fundamental com o curso de pedagogia. Além destes programas desempenhados com êxito, foram oferecidas ainda especializações em gestão, ensino especial, alfabetização e outros.

Em 2007 foi a vez de ampliar a oferta do ensino superior com adesão da Secretaria de educação ao Pró-Licenciatura (MEC), programa do Governo Federal que oferece cursos em nível superior na modalidade a distância, via internet. Além de graduar os professores ainda sem habilitação este programa permite que os professores obtenham outra graduação possibilitando a atuação nas séries finais do ensino fundamental: 6º ao 9º ano.

O alto investimento na formação dos professores, principalmente na forma a distância, permite o acesso aos moradores e professores das localidades, diminuindo assim os problemas de falta de profissionais de educação naquelas localidades distantes do

centro. Estas políticas públicas permitem também fixar a população no campo não impondo que esta se mude para zona urbana.

## **A AMPLIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Os relatórios dos núcleos de ensino (SEMED/2005) indicavam atendimento limitado do Ensino Fundamental no Baixo Madeira. Foi necessário um completo redimensionamento: várias salas multisseriadas foram juntadas em escolas pólos, novas salas foram construídas, o transporte escolar foi repensado e reelaborado de forma a atender muitos alunos que estavam fora de sala de aula. É importante ressaltar que nessa região do Baixo Madeira, o transporte escolar é todo fluvial. E para ampliar o atendimento, uma nova proposta foi colocada em prática para atender as séries finais do ensino fundamental: o Projeto Ribeirinho

O Projeto Ribeirinho foi o início de uma das grandes ações desafiadoras executadas que ampliava o atendimento do ensino fundamental com a implantação do 6º, 7º, 8º e 9º anos, pois até então, era oferecido apenas as quatro séries iniciais. Com a falta completa de profissionais da educação naquela região não havia outra saída senão enviar professores às localidades. Mas as dificuldades não se encerravam apenas na falta de profissionais dispostos a aceitar o desafio de atuar com o ensino formal dentro da floresta, a falta de infra-estrutura, o desconforto das longas viagens de barco e voadeira, a ausência de material didático adequado, enfim, os problemas eram muitos, mas não eram maiores do que a vontade política de solucioná-los. Foi assim que nasceu o Projeto Ribeirinho: pensar a implantação das séries finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) em forma de projeto especial.

O Projeto Ribeirinho é aplicado de forma semi-presencial com período de estudos junto aos professores e períodos de estudos com atividades não presenciais onde os alunos executam tarefas de pesquisas dentro da floresta, leitura e escrita de suas reflexões cotidianas. É executado por professores residentes em Porto Velho que passam um período semanal ou quinzenal em cinco localidades: Reserva Extrativista Lago do Cuniã, Nazaré, Santa Catarina, Papagaios, e Demarcação. O projeto Ribeirinho retrata o que descreve Freire em Pedagogia da Autonomia - a educação exige criticidade, respeito à pesquisa, reflexão sobre a prática, respeito aos saberes dos educandos – enfim é uma proposta diferente porque pensa exatamente os limites impostos pela floresta e pelos caminhos que não são de terra firme, mas de águas.

Este projeto especial proporcionou que mais de 300 alunos voltassem à sala de aula para retomar os estudos das séries finais do ensino fundamental.

A partir deste período, a educação municipal em Porto Velho viveu uma intensa mudança, organizando-a para dar conta de uma demanda que a própria administração desconhecia. Entre elas, as questões educacionais que o Brasil e o mundo já vinham discutindo conforme destaca Terezinha F. A. M. dos Santos, 2008:

*No Brasil, as orientações de Políticas Educacionais, advindas das condicionalidades dos acordos estabelecidos com os organismos internacionais de financiamento (FMI, Banco Mundial, BID), a partir do final dos anos 80 sinalizam, no discurso, para a construção de um espaço educativo mais democrático, por meio de medidas democráticas propostas, principalmente para as instituições educativas públicas, incorporadas à Constituição de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases de 1996, tais como: autonomia, participação, descentralização financeira, formação continuada, parcerias, dentre outros que, aos poucos, foram se efetivando no interior daquelas unidades.*

Em uma região de tão difícil acesso, baixa população, sem profissionais habilitados não é tão fácil executar propostas que nunca estiveram ao alcance daquela população. É justamente neste emaranhado de dificuldades que políticas públicas fazem diferença – ações de governo que garantam os direitos sociais.

A princípio, seria impossível que a Secretaria Municipal conseguisse sozinha dar conta de tamanha demanda. Para tanto além dos diagnósticos já mencionados, foi necessário uma busca de parcerias para as várias situações.

## **AS DIVERSAS PARCERIAS E UMA NOVA DINÂMICA CURRICULAR**

O ano de 2008 foi marcante para os alunos das séries finais, pois as disciplinas de geografia, ciências e agro pesca que direcionaram suas ementas para as questões ambientais. Entre os muitos conteúdos discutidos estão: a organização e manutenção de hortas escolares e familiares, coleta seletiva de lixo, os cuidados com as matas ciliares entre outras. Novos atores e instituições surgem para efetivar mais parcerias: Polícia Ambiental e EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural). Estes dois parceiros realizam oficinas de conhecimentos técnicos sobre o meio ambiente local, de preservação e de extrativismo florestais juntamente com os professores das disciplinas citadas. Ou seja, a educação inseriu-se no mundo cotidiano ribeirinho de forma prática e reflexiva para pensar o desenvolvimento de cada localidade.

Outra grande parceira a se destacar é a comunidade. Não são poucas as situações onde os recursos públicos disponíveis só garantem contratação de professor, envio de

merenda escolar e livros didáticos. Nestes casos a participação da comunidade é fundamental na organização de espaços improvisados para realização das aulas diárias. São empréstimos de barracões de associações, igrejas e até mesmo mutirões organizados para retirarem da mata a madeira e construir salas de aula. Para aquelas comunidades não há necessidade de dispensar as aulas enquanto se aguarda construção de salas formais. Todo ensino vai sendo construído juntamente com as construções de prédios, quadras, bibliotecas entre outros.

Ao final de quatro anos de trabalho, observa-se com clareza a preocupação dos professores, dos coordenadores pedagógicos, gestores e inclusive comunidade escolar em fazer com que estas propostas sejam aplicadas com responsabilidade e, de fato, se concretizem dentro de um ensino de qualidade e desenvolvimento regional que visem o bem-estar das pessoas de cada comunidade. É comum ouvir nas reuniões pedagógicas as preocupações dos coordenadores para com o nível de aprendizagem de cada aluno, a indicação de propostas de planejamentos diferenciados para cada região e até mesmo o levantamento de reorganização do “como e porque ensinar”. Essas mudanças de discursos não são senão resultados dos muitos cursos de formação organizados pela Secretaria e as diversas parcerias com a Universidade local, como já citado acima (PROACAP e Pro-Licenciatura). A Universidade Federal desempenha um papel importante em dar subsídios necessários aos professores para uma atuação reflexiva de suas práticas podendo apoiar-se tecnicamente em teorias específicas para o magistério e do Pro-Licenciatura que através do ensino a distância oferece metodologias e conteúdos específicos que permitem mudança no discurso e mudança de práticas em sala de aula. Os professores sentem a cada semestre e a cada módulo de estudo acadêmico uma necessidade urgente de mudanças em suas práticas e valoriza cada vez mais os saberes acadêmicos que por sua vez leva em consideração cada conhecimento prévio e experiência do professor em formação. O destaque dado aos saberes e experiências de cada aluno/professor é um espelho para a atuação do profissional da educação para que considere estes saberes de seus alunos também.

Dentro da dinâmica de trabalho educacional em forma de parcerias, uma nova experiência será vivenciada pelos alunos do Projeto Ribeirinho e Escola Henrique Dias. Seis localidades do Baixo Madeira participarão de um inédito Projeto proposto pelo Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, aprovado pelo CNPq, onde mais uma vez a Universidade Federal de Rondônia entra em ação com a parceria da Secretaria Municipal de Educação. O Projeto, denominado Barca da Ciência levará um laboratório móvel através do Rio Madeira onde ficará por um período de tempo em cada

escola para divulgar e partilhar com os alunos daquelas comunidades as pesquisas realizadas sobre o mercúrio, componente poluente das bacias hidrográficas daquela região. Além dessa vivência, os alunos também aprenderão a coletar a água e analisá-la no laboratório da Barca da Ciência verificando o nível de contaminação do mercúrio nas águas que rodeiam suas comunidades.

Estar no campo ou na área ribeirinha com a garantia de ter os estudos ao alcance local é um dos pontos principais não apenas para educação e sua qualidade de ensino, mas principalmente para fixar o homem no campo e os moradores das florestas em suas comunidades de origem.

Todo este empenho da administração municipal é possível por sua vontade política de fazer com que as políticas públicas realmente sejam levadas a sério, pois de nada adianta uma política pública disponível se não for implantada com responsabilidade. A partir da descentralização das políticas sociais, os municípios são os principais responsáveis pela execução da mesma, confirma Arretche, 1996:

*Na mesma direção, o escopo da descentralização depende diretamente da continuidade no tempo da implementação de estratégias de indução destinadas a compensar obstáculos derivados da (in)capacidade fiscal e/ou administrativa dos governos locais. Políticas continuadas de capacitação municipal revelaram-se decisivas para explicar variações no escopo da transferência de atribuições sociais às administrações municipais em cada estado.*

Desta forma, a equipe técnica da Divisão de Ensino Rural da Secretaria Municipal de Educação empenha-se na execução das tarefas que lhe são atribuídas encarando com responsabilidade a disponibilidade dos recursos federais disponíveis.

Mas o que muda nas comunidades com acesso à educação? Uma comunidade que estuda seu espaço, seu ambiente, que se comunica com o mundo defendendo seu local está protegida e pronta para enfrentar todas as relações sociais e políticas tanto em nível local quanto mundial. Neste caso o Baixo Madeira está inserido em um importante contexto ambiental que necessita de uma constante política educacional que os levem ao desenvolvimento específico da região de modo que sua sustentabilidade seja garantida mantendo cada morador e seus filhos na localidade.

Após dado estes passos principais que reorganizou a educação do campo em Porto Velho, a Secretaria Municipal cumprirá com outra etapa prevista nas propostas de planejamento e dará novo impulso no que diz o artigo 4º. das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo:

*“Art. 4º. O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a*

*universalização da educação escolar com qualidade social, constituir-se-á num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como pra o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável.”*

Dar à educação do campo uma direção voltada também para o mundo do trabalho necessitará novas parcerias, novos temas de debate à formação continuada. Direcionar a atuação dos professores em sala de aula para um caminho que discuta uma economia justa e ecologicamente sustentável já teve seu início com as primeiras turmas do Programa Saberes da Terra. Restará agora, incluir todo este conteúdo também no ensino fundamental.

## **CONCLUSÃO**

Diante do desempenho da Secretaria Municipal de Educação e sua visível mudança na atuação educacional na região ribeirinha, inclusive as mais distante do município de Porto Velho, é possível afirmar que as políticas públicas foram desenvolvidas com responsabilidade e compromisso por uma educação que pensa e reflete as realidades locais.

Está claro também, que a execução das políticas públicas depende de gestores que interagem cotidianamente com as comunidades beneficiárias e principalmente as aceite como parceiras. Aliás, as parcerias são fundamentais para o bom desempenho educacional, principalmente quando as instituições parceiras, são também de educação, neste caso, as Universidades.

Os bons resultados das políticas de formação continuada e ampliação do atendimento educacional pela SEMED é também resultado da sua clareza de concepção educacional freiriana e competência em planejar-se para tanto, além do amplo conhecimento das necessidades e prioridades que devam ser sanadas.

Continuando assim, certamente a população terá uma educação que permita o conhecimento suficiente para o exercício pleno de cidadania e conseqüentemente terá condições e repensar seu desenvolvimento, desta vez, no caminho da sustentabilidade amazônica.

---

\*Mestranda do curso de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade Federal de Rondônia/UNIR; professora na rede pública municipal de ensino e atualmente gestora de Cultura da Prefeitura de Porto Velho.

\*\*Doutora em Desenvolvimento Regional e Professora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e meio Ambiente da Universidade Federal de Rondônia/UNIR.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRETCHE, Marta T. S. *Políticas Sociais no Brasil: Descentralização em um estado federativo*. UNESP, São Paulo, Brasil. Prepared for delivery at the XXI meeting of the Latin American Studies Association. The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, September 24-26, 1996. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Arretche.pdf> . Acessado em 23/12/2009.

BRITO, Gilvanda Dias e outros autores. *Construção do projeto político pedagógico. Núcleo do Programa de Educação na Amazônia/Projeto Ensinar a Ensinar*. Porto Velho: Edufro, 2005.

CPPT CUNIÃ. *Projeto Ensinar Ensinar*. In [http://www.amazonlink.org/cunia/ribeirinho\\_trabalho.html](http://www.amazonlink.org/cunia/ribeirinho_trabalho.html) acessado em 09.10.2010.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 30ª. Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Edição especial. São Paulo: Paz e Terra, 1996

GADOTTI, Moacir. *Educação e Poder: Introdução à Pedagogia do Conflito*. 15ª. Edição – São Paulo: Cortez, 2008.

MEC, Ministério da Educação. *Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo*. Resolução CNE/CEB N° 1, abril de 2002.

\_\_\_\_\_. *PROLICENCIATURA*. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12349&Itemid=708](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12349&Itemid=708) acessado em 05/03/2010; acesse também [www.uab.unb.br](http://www.uab.unb.br) .

ROCHA, Eliene Novaes; PASSOS, Joana C.; CARVALHO, Raquel Alves de. *Educação do Campo: um olhar panorâmico*. II Conferência Nacional do Campo, 2004, Texto Base. Luziania – GO. Disponível em: <http://www.forumeja.org.br/ec/files/Texto%20Base%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Campo.pdf> . Acessado em 28/02/2010.

SANTOS, Terezinha F. A. Monteiro. *A gestão das políticas públicas educacionais brasileiras a partir da reforma dos anos de 1990*. Revista Travessias, Ed. 03, ISSN 1982-5935. UNIOESTE, 2008. Disponível em [www.unioneste.br/travessia](http://www.unioneste.br/travessia). Acessado em 23.12.2008.

SEMED, Secretaria Municipal de Educação/ Divisão de Ensino Rural. *Relatórios anuais 2006, 2007 e 2008*.

\_\_\_\_\_ *Ata de visitas às comunidades ribeirinhas do Baixo Madeira*. Porto Velho, dezembro/2007 e Março/2008.

\_\_\_\_\_ *II Seminário do campo: seleção de textos para debate*. Equipe Técnica da Divisão de Ensino Rural – DIER. Porto Velho, março, 2008.

SILVA, Maria do Socorro. *Educação do Campo e Desenvolvimento: uma relação construída ao longo da história*. Local e data não informados. Disponível em [http://www.contag.org.br/imagens/f299Educacao\\_do\\_Campo\\_e\\_Developolvimento\\_Sustentavel.pdf](http://www.contag.org.br/imagens/f299Educacao_do_Campo_e_Developolvimento_Sustentavel.pdf) Acessado em 10/02/2010.

SCHWARTZMAN, Simon; COX, Cristián. *Políticas educacionais e coesão social*. Tradução de Micheline Christophe e Roberta Caldas. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: iFHC, 2009.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. *Servidão Humana na Selva – o aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia*. Manaus: editora Valer/Edua, 2009.